

ISSN: 1641-4713; e-ISSN: 2081-1160

DOI: <https://doi.org/10.36551/2081-1160.2023.31.29-48>

Percurso migratório dos Açores às origens de San Carlos e Jaguarão

Migration route from the Azores to the origins of San Carlos and Jaguarão

Letícia Vieira Braga da Rosa

Universidade Feevale, RS, Brasil

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5420-5322>

E-mail: leticiarosa@feevale.br

Claudia Schemes

Universidade Feevale, RS, Brasil

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8170-9684>

E-mail: claudias@feevale.br

Recepción: 6.04.2023

Aprobación: 22.06.2023



Resumo: Investigação sobre migrações transoceânicas, com foco no fluxo de migrantes das Ilhas dos Açores para a América Meridional. O período analisado abrange o envio dos Casais do Número a partir do Edital de 1746, acompanhando um grupo de famílias açorianas destinadas para o Rio Grande de São Pedro que, devido à invasão espanhola à vila do Rio Grande em 1763, foi transportado para o território espanhol, fundando a vila de San Carlos e, após o Tratado de Santo Ildefonso, regressou ao Rio Grande, indo estabelecer-se no “Território de Ninguém”, dando origem à freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão. Como objetivo busca-se analisar a trajetória migratória das famílias açorianas que participaram das origens de San Carlos e Jaguarão. A investigação é conduzida tendo como perspectiva teórico-metodológica a Sociologia Compreensiva de Max Weber e a Micro-história de Giovanni Levi. Complementam o quadro teórico o aporte de Georg Simmel e Georg Herbert Mead, para discutir as relações entre migração, redes de relacionamento e vínculos de pertencimento. A investigação aponta que, na movimentação dessas famílias em seus múltiplos assentamentos e deslocamentos dos Açores à freguesia do Espírito Santo no Jaguarão, a mobilidade territorial e a mobilidade social andaram em paralelo.

Palavras-chave: açorianos, América Meridional, migração, Jaguarão, San Carlos

Abstract: Investigation on transoceanic migrations, focusing on the flow of migrants from the Azores to the South of Brazil. The period analyzed covers the dispatch of the Casais do Número from the Announcement of 1746, accompanying a group of Azorean families destined for Rio Grande de São Pedro, which, due to the Spanish invasion of the town of Rio Grande in 1763, were transported to Spanish territory, founding the town of San Carlos and, after the Treaty of Santo Ildefonso, returned to Rio Grande, settling in the "Territory of Nobody," giving rise to the parish of Espírito Santo do Serrito in Jaguarão. The objective is to analyze the migratory trajectory of the Azorean families that participated in the origins of San Carlos and Jaguarão. The investigation is conducted with the theoretical and methodological perspective of the Max Weber's Comprehensive Sociology and Giovanni Levi's Micro-history. The theoretical framework is complemented by the contributions of Georg Simmel and Georg Herbert Mead to discuss the relationships between migration, social networks, and belonging. The investigation points out that, in the movement of these families in their multiple settlements and displacements, territorial mobility and social mobility went hand in hand.

Keywords: Azoreans, Southern America, migration, Jaguarão, San Carlos

INTRODUÇÃO

O Edital de 31 de agosto de 1746, de D. João V, rei de Portugal, dá início à migração açoriana para a América Meridional. O documento estabelece o programa de colonização das "terras dos confins" com moradores do Arquipélago dos Açores, determinando o transporte de casais açorianos com suas famílias, que ficaram conhecidos como "Casais do Número", "Casais das ilhas" ou "Casais d'El Rey". Cada casal receberia terras, ferramentas, alimentação e ajuda financeira, em troca de contribuir com a guarda e a defesa do território português.

Os primeiros grupos foram instalados em Santa Catarina e, a partir de 1750, os que apresentavam melhores condições de saúde ao chegar, podiam sofrer uma nova viagem, sendo enviados para a vila do Rio Grande. Apesar das disposições do edital, nem todos receberam imediatamente as terras prometidas e muitas famílias permaneceram sem destino definido após a chegada.

Em 1763, ainda havia casais à espera de terras ao redor do Rio Grande, quando os espanhóis tomaram a vila, levando cerca de 90 famílias açorianas para o território espanhol, com o objetivo de estabelecer um novo povoado: San Carlos¹. Em 1777, com a assinatura do Tratado Preliminar de Santo Ildefonso entre Portugal e Espanha, a maior parte dos açorianos que viviam em San Carlos optou por regressar para o Rio Grande de São Pedro. Parte desse grupo se estabeleceu ao sul do rio Piratini, em uma área que continuava sendo alvo de

¹ Atualmente San Carlos é um município do departamento de Maldonado, localizado no país vizinho, o Uruguai.

disputas entre portugueses e espanhóis. Ignorando a existência dos povos originários que habitavam a região, a zona em litígio foi denominada de “Território de Ninguém”. Localizada entre o rio Piratini e o rio Jaguarão, essa faixa territorial abrangia os atuais municípios de Jaguarão, Arroio Grande, Pedro Osório, Pedras Altas e parte de Herval. A figura 1 apresenta um mapa da região.

FIGURA 1. COSTA DA ILHA DE SANTA CATARINA AO RIO DA PRATA



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (Brasil), BNDigital, Cartografia.²

Devido às divergências sobre a demarcação dos limites estabelecidos pelo Tratado, o “Território de Ninguém” foi definido pelas duas Coroas Ibéricas como um campo neutro, em que não era permitido ocupar terreno. Essa ausência de entendimento quanto à demarcação não impediu a expansão portuguesa e as primeiras sesmarias começaram a ser distribuídas a partir de 1789. Em 1802 os portugueses instalaram nas proximidades do rio Jaguarão um acampamento militar, a Guarda do Serrito, no mesmo local em que antes havia uma guarda espanhola. Em 1812 foi criada a freguesia e, por decreto de 1832, elevada à vila do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão, compreendendo os distritos de São João do Erval e Arroio Grande da Lagoa Mirim (Resolução de consulta da mesa, 1812; Decreto de 6 de julho de 1832).

Considerando os múltiplos deslocamentos migratórios realizados por esse grupo – desde a partida dos Açores; a travessia do Atlântico; o desembarque em Santa Catarina; o envio para a vila do Rio Grande; o transporte para San Carlos de Maldonado; e, o retorno ao Rio Grande de São Pedro, até

² Exemplo topographico da costa que se comprehende desde a ilha de S. Catherina, thé o cabo de S. Maria & rio da Prata, thé a praça Nova Colonia do S.mo Sacram.to com o terreno adjacente a mesma costa. José Custódio de Sá e Faria. [17--]. BNDigital. Obra de domínio público. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1033422/cart1033422.html

o assentamento na região de Jaguarão – este artigo tem como objetivo analisar a trajetória migratória das famílias açorianas que participaram das origens de San Carlos e Jaguarão.

PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação é conduzida de uma perspectiva interdisciplinar, das relações entre Ciências Humanas e Sociais, como os campos da Sociologia e da História, em diálogo com áreas afins. Quanto aos procedimentos metodológicos, o planejamento da pesquisa adota a Sociologia Compreensiva de Max Weber (Cohn, 1979) como método de abordagem e emprega a Micro-história de Giovanni Levi (2000) como método de procedimento.

Ao investigar os fenômenos históricos e culturais a partir das relações que se estabelecem entre os indivíduos e suas ações sociais, a Sociologia Compreensiva propõe a compreensão da sociedade tomando o homem como o objeto das ciências sociais e seus atos como unidade básica de explicação. Weber recomenda que a investigação não incida sobre o genérico, o comum, o oficial, mas sobre o que é distintivo e peculiar, o olhar recaindo sobre o específico, as trajetórias singulares que compõem a realidade cultural que se quer conhecer. Não se trata de utilizar casos particulares para formar generalizações, mas sim procurar o sentido das ações individuais, tendo em vista a compreensão da vida sociocultural (Cohn, 1979).

A essa abordagem, alinha-se a análise micro-histórica, centrada nas práticas cotidianas de um fragmento do mundo e, por analogia, de temas e problemas gerais. Ao conceber a história social considerando a perspectiva dos indivíduos ou grupos de indivíduos, a Micro-história procura entender os movimentos ou transformações coletivas a partir dos deslocamentos de cada ator social, das dinâmicas dos indivíduos comuns ou excluídos, dos acontecimentos minúsculos da vida cotidiana de “um lugar banal e de uma história comum” (Levi, 2000, p. 46). Atente-se que a análise não se limita à escala reduzida, mas associa diferentes dimensões da experiência social através do princípio da variação de escala, a fim de considerar a realidade histórica em sua riqueza e complexidade. A escolha pelo particular contribui para identificar as estruturas invisíveis e as redes de relações que se articulam, explorando eventos e aspectos da vida cotidiana, ao invés de focar apenas nas figuras públicas e célebres e nos fatos marcantes, quantitativos ou seriais da história geral/dominante.

No que se refere à pesquisa sobre movimentos migratórios, a Micro-história contribui para mapear a história de indivíduos e famílias e suas articulações ao longo dos deslocamentos. Levi (2015, p. 23) recomenda a análise a partir de um quadro de estratégias parentais complexas, que incluem origens compartilhadas, redes de parentesco consanguíneo e por afinidade, compadrios e relações entre aqueles que partem e aqueles que ficam.

A pesquisa documental abarcou a busca em documentos oficiais, ordens régias, testamentos, inventários, correspondências, requerimentos de sesmarias, registros militares e cartoriais, arquivos públicos, documentos eclesiais, registros de batismo, casamento e óbito nos múltiplos territórios envolvidos - Açores, Portugal, Espanha, Brasil, Uruguai e Argentina - distantes entre si no tempo e no espaço. Tais fontes foram utilizadas em conjunto com documentos disponíveis digitalmente, como o acervo online do Projeto Resgate³; as coleções do Arquivo Nacional do Brasil⁴; os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal⁵; o inventário genealógico do Centro de Conhecimento dos Açores, com acesso aos livros de registros paroquiais dos Açores⁶; e a coleção de documentos civis e eclesiais, reunida pelo portal FamilySearch⁷.

Além da utilização das fontes documentais, foi realizada a triangulação com bases de dados preexistentes, como a pesquisa de reconstituição de paróquias dos Açores, desenvolvida por Amorim (2021), disponível no Repositório Genealógico Açoriano⁸, que forneceu informações sobre as famílias açorianas antes do período de migração para a América Meridional. A esses dados somam-se as pesquisas realizadas em Rio Grande, por Jaccottet e Minetti (2018); e, em Jaguarão, a pesquisa de Maria Coleta Dutra da Silveira Almeida Couto, referente às origens das famílias jaguarenses⁹. Sobre os açorianos que foram levados para San Carlos, o trabalho de Pagola (2007) e de Domingues (1994). Dispor dessas bases permitiu a triangulação de dados, tendo como foco

³ Inserido no acervo digital da Biblioteca Nacional, disponível em <http://resgate.bn.br/>

⁴ Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

⁵ Disponível em: <http://digitarq.ahu.arquivos.pt>

⁶ Disponíveis no Portal Cultura Açores: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ig/registos/Default.aspx>

⁷ Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>

⁸ O Repositório Genealógico integra bases de dados e registros paroquiais dos Açores, aplicando técnicas de cruzamento para completar trajetórias de vida e ligações geracionais: <http://www.genealog.uminho.pt/Acores.htm>

⁹ O Núcleo de Genealogia Alda Maria Jaccottet do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas contém o acervo dessa genealogista, obras de Raquel Domínguez de Minetti e o acervo de Maria Coleta Dutra da Silveira Almeida Couto. Disponível em: <https://ihgpel.wordpress.com/nucleo-de-genealogia-alda-maria-jaccottet/>

a identificação da trajetória das famílias dos Açores até Jaguarão, ligando uma geração à outra.

Para o mapeamento do percurso e identificação dos vestígios da trajetória dos casais, desde os Açores até a presença de seus descendentes na região da freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão, o artigo apresenta como recorte a análise das redes de relacionamento e parentesco existentes entre cinco Casais do Número: Felipe Dutra Caldeira e Maria Silveira, Manuel Gomes de Araújo e Helena da Ressurreição, Manuel da Rosa e Ana Pereira, Manuel Pereira Leal e Isabel Rodrigues e Manuel Vieira Maciel e Luzia Pereira.

A partir desse delineamento, o quadro teórico adotado teve como base Simmel (2006) e Mead (1973) para discutir as relações entre migração, redes de relacionamento e vínculos de pertencimento que se estabelecem entre sujeitos que se referenciam e afetam mutuamente. Além destes, diversos outros autores são acionados ao longo do texto.

O FLUXO MIGRATÓRIO DE 1746

A América Meridional consistia numa zona de fronteira entre os dois impérios ibéricos, gerando constantes controvérsias e disputas no estabelecimento de seus limites territoriais e domínio marítimo, fato que motivou a Coroa Portuguesa a iniciar o povoamento da região, conforme consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, em 8 de agosto de 1746¹⁰.

A decisão também considerava as questões comerciais, com a busca de novos mercados e a consolidação portuguesa na região sul do Brasil. Apesar das vantagens financeiras especuladas ao apresentar o Programa Migratório aos moradores dos Açores, o lucro com o empreendimento não foi aludido. O Edital Régio de 1746 divulgado nas Ilhas apresenta a proposta como uma mercê do Rei para com suas colônias:

El Rei, Nosso Senhor, atendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que lhe têm pedido mande tirar delas número de Casaes que for servido e transportá-los ao Brasil, donde resultará às ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem e, ao Brasil, grande beneficio em fornecer de cultores alguma parte dos vastos domínios do dito Estado [...].¹¹

¹⁰ AHU_ACL_021, Cx. 1, Doc. 26. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, 8 de agosto de 1746. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_sc/158

¹¹ AHU_ACL_021, Cx. 1, Doc. 46, p. 18. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Edital Régio de 1746. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/353

Os alistados deveriam ser pessoas jovens e de boa saúde, de até 40 anos os homens e 30 anos as mulheres, preferencialmente agricultores e artesãos. Além dos custos da viagem, cada casal receberia um quarto de légua em quadra de terras para cultivo, ferramentas, sementes, duas vacas e uma égua. Cada mulher, casada ou solteira, de mais de doze anos e menos de vinte e cinco, receberia 2.400 réis de ajuda de custo e, cada filho, mil réis. No primeiro ano ainda ganhariam farinha para o sustento de cada pessoa com mais de sete anos de idade. Quando a família aumentasse, podendo cultivar mais terras, poderiam pedi-las ao governador, o que gerou a formação de arranjos matrimoniais entre os filhos dos casais, com vistas à obtenção de novas terras.

O primeiro embarque ocorreu nos dias 6 e 7 de outubro de 1747, no navio “Jesus Maria José”, com 43 casais. Entre os dias 9 e 10 de outubro, no navio “Santa Anna e Senhor do Bonfim” embarcaram outros 42 casais. As duas embarcações partiram do porto de Angra, na ilha Terceira, em 21 de outubro de 1747¹².

A viagem transatlântica era desconfortável e durava cerca de três meses. As embarcações utilizadas eram frágeis e inadequadas, além de transportar um número excessivo de passageiros, o que resultava em espaço insuficiente, escassez de alimentos, falta de água e de higiene. As condições precárias a bordo, como água insalubre, falta de alimentos frescos, péssimas condições sanitárias, umidade e atendimento médico inadequado, resultavam em muitas doenças: febre, infecções, pneumonia e carência de vitamina C, que causava o escorbuto.

Os dois navios chegaram em Santa Catarina em 6 janeiro de 1748, tendo 12 passageiros morrido durante a travessia.¹³ Após receber esses primeiros 85 casais, o governador Silva Paes ficou doente, o que prejudicou a distribuição de terras e a acomodação das famílias. Nas levas seguintes, as dificuldades persistiram, como relata ao Rei o novo governador, Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, em fevereiro de 1749, descrevendo o “mau sucesso” da viagem: 109 pessoas haviam morrido no mar e 23 após o desembarque, tendo chegado “enfermos quase todos os que escaparam vivos, dos quais têm falecido até agora sem poder extinguir a malignidade escorbútica de que chegaram infectos,

¹² AHU_CU_AÇORES - PT/AHU/CU/145 - Açores, cx. 3, n. 19, Carta do Corregedor sobre embarque de casais para o Brasil. Angra, 28 de outubro de 1747.

¹³ AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 43 (1), p. 3. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Carta do governador de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes ao rei D. João V sobre a chegada dos primeiros casais, de 24 de fevereiro de 1748. Disponível em: http://resgate.bn.br/docrea-der/021_SC/320

fazendo-se lamentável a orfandade de filhos sem pais e de viúvas sem maridos que lhe agridem modo de se poderem estabelecer.”¹⁴

A fim de afiançar o bem-estar e a proteção das famílias açorianas, o Conselho Ultramarino havia elaborado um Regimento com as instruções para a organização dos transportes. Publicado em 5 de agosto de 1747¹⁵, o texto estabelecia as regras de conduta, alojamento e providências a serem tomadas, especialmente os cuidados para garantir a boa ordem, assegurando que não haveria riscos de que as mulheres fossem assediadas durante a viagem de longa duração. Essa preocupação com a segurança das mulheres não considerava sua saúde, bem-estar ou conforto, enclausurando-as junto com as crianças menores de 7 anos, em câmaras úmidas, escuras e superlotadas, onde os parentes homens não tinham permissão de entrar. A única ocasião em que podiam sair ao convés era para ir à missa, sob escolta armada.

Essas foram as condições em que viajou Ana Pereira, com os filhos José, de 3 anos, Manuel, de 6 anos e Jacinta Bernarda, de 9 anos, em um compartimento separado ao de seu esposo Manuel da Rosa. Moradores de Castelo Branco, no Faial, a família emigrou no navio “Nossa Senhora da Conceição e Porto Seguro”, que saiu do porto da Horta, Faial, no final de 1751. Grávida, encerrada em um ambiente insalubre com os três filhos pequenos e sem contar com a presença do marido, Ana Pereira deu à luz a uma menina: Maria. O batismo de Maria, em 21 de fevereiro de 1752¹⁶, na Matriz de Nossa Senhora do Desterro, Santa Catarina, revela sua história, informando que havia nascido no mar.

Os registros eclesiais também indicam as famílias que perderam parentes durante a viagem, entre os quais destaca-se a trágica experiência migratória do Casal do Número Manuel Pereira Leal e Isabel Rodrigues. Moradores de São Roque do Pico, Manuel e Isabel estavam com 55 anos quando o Edital foi lançado, o que os excluía do rol dos candidatos. Entretanto, após as primeiras levadas, a limitação da idade nem sempre foi seguida. Não se sabe a data em que o casal havia decidido empreender viagem, junto com o filho Manuel Pereira Leal (Menor) e a neta órfã Maria. Analisando os últimos registros do grupo nos Açores e os primeiros vestígios em terras brasileiras infere-se que migraram

¹⁴ AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 53. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Carta do governador de Santa Catarina, Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, ao rei D. João V, de 18 fev. 1748. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/383

¹⁵ AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 36, p. 21. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Regimento de 5 de agosto de 1747. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/246

¹⁶ BR-SC - Nossa Senhora do Desterro-B-1751-1753, imagem n. 59. FamilySearch. Registro de batismo de Maria. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3SB-5P6>

entre 1750 e 1752, tendo Isabel falecido no mar¹⁷. Doente, enlutado, desiludido e sem recursos, Manuel Pereira Leal sintetiza a experiência de muitos açorianos que ao chegar não receberam o quarto de légua nem as ajudas de custo e demais auxílios prometidos,

A escassez de fontes tem sido apontada por Perrot (2007, p. 22) entre as dificuldades para escrever uma história que abarque a existência concreta das mulheres. Os registros sobre Ana Pereira e o nascimento de sua filha Maria, bem como o falecimento de Isabel Rodrigues fornecem indícios sobre a história das açorianas que vieram para o Brasil Meridional, percebendo que sobre elas recaíram sofrimentos ainda maiores do que os padecidos pelos seus companheiros.

Após a chegada dos primeiros grupos, em 4 de setembro de 1749, o Rei determinou “passar para o território de Rio Grande de São Pedro alguns casais”¹⁸. Em junho de 1750, o Governador Escudeiro enviou para a barra do Rio Grande um grupo de 40 pessoas, que havia chegado no início do ano. Essa informação, fornecida pela carta do Governador ao Rei em 27 de fevereiro de 1751¹⁹, confirma a data de envio dos primeiros Casais do Número para povoar a região do atual estado do Rio Grande do Sul.

Com esse novo deslocamento, algumas famílias foram divididas, como é o caso do Casal do Número Manuel Vieira Maciel e Luzia Pereira, oriundos de São Roque do Pico. A filha mais velha, Maria do Espírito Santo, que havia casado com João Lopes Lima logo após chegar ao Brasil, permaneceu em Santa Catarina, separando-se de seus pais e irmãos, que foram enviados para o Rio Grande de São Pedro. Como João Lopes Lima havia chegado nas primeiras levadas, recebera terras na região, permaneceu Maria do Espírito Santo com o esposo na Lagoa da Conceição, enquanto a família seguiu para a vila do Rio Grande.

¹⁷ Essa informação é conhecida a partir do registro de um novo casamento de Manuel Pereira Leal. BR-RS - Rio Grande-São Pedro-C-1756-1763, imagem n. 46. FamilySearch. Registro de casamento de Manuel Pereira Leal e Maria de Ávila. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7HKS-7>

¹⁸ AHU_ACL_CU_017, Cx. 42\Doc. 4386, p. 2. Projeto Resgate - Rio de Janeiro (Avulsos). Carta do Rei D. João V ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, de 4 de setembro de 1749. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_rj_av/30496

¹⁹ AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, D. 72, p. 3. Projeto Resgate - Santa Catarina. Carta do governador da ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa ao rei D. José I sobre a chegada de três navios das ilhas dos Açores, de 27 de fevereiro de 1751. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/469

DE RIO GRANDE A SAN CARLOS

O destino inicial dos açorianos enviados para o Rio Grande de São Pedro era povoar a região do Chuí, de modo a demarcar uma linha divisória entre os domínios portugueses e espanhóis (Wiederspahn, 1979). Em 1750, após o Tratado de Madrid, Portugal decidiu enviar os açorianos para as Missões. Esse aspecto é referenciado nas cartas do governador Escudeiro, que tinha pressa em enviar para a vila do Rio Grande os casais que chegavam das Ilhas, para que “passassem a povoar as missões”²⁰. As Guerras Guaraníticas interromperam esse plano e parte das famílias foi instalada no Porto de Viamão e na beira do rio Jacuí, enquanto um grupo ficou arranchado nos arredores da vila do Rio Grande (Pesavento, 2014, p. 23).

Os que ficaram em Rio Grande tiveram que improvisar. Não havia alojamentos, mantimentos, roupas ou medicamentos suficientes para atender as demandas de tantas pessoas, que, a princípio, só estavam ali de passagem (Queiroz, 1992, p. 12). Entre esses casais, encontravam-se Manuel da Rosa e Ana Pereira, enviados ao Rio Grande logo após o desembarque em Santa Catarina. Novamente é através da filha Maria que se descobre a trajetória da família. O livro da Matriz de Jesus Maria José de São Pedro de Rio Grande, registra o óbito da menina no dia 1 de julho de 1752²¹, com menos de 3 meses de idade.

Também para o Casal do Número Felipe Dutra Caldeira e Maria Silveira a primeira evidência na vila de Rio Grande é um registro de óbito: o falecimento da filha Vitória em 4 de maio de 1752²². A família deixou a freguesia da Feteira, no Faial, no final do ano de 1751, viajando a bordo do navio “Nossa Senhora da Conceição e Porto Seguro” na companhia dos dois filhos pequenos, Manuel e Victória²³. Ainda integrava o grupo Catarina de São Mateus, solteira, filha da primeira união de Felipe, com Maria Rodrigues. Os outros dois filhos desse

²⁰ AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.0106, v.02, fl.18. Correspondência dos Governadores de Santa Catarina. Carta de Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa de 25 de março de 1753. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_86/COD/0/0106_v_02/BR_RJANRIO_86_COD_0_0106_v_02_d0001de0001.pdf

²¹ BR-RS - Rio Grande-São Pedro-O-1738-1763, imagem n. 58. FamilySearch. Registro de óbito de Maria. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F6SM-W7>

²² BR-RS - Rio Grande-São Pedro-O-1738-1763, imagem n. 56. FamilySearch. Registro de óbito de Vitória. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F6SM-MH?from=lynx1UIV8&treeref=24PV-2T6&i=55>

²³ Embora se desconheça a data de nascimento dessas duas crianças, por não existirem mais os livros de registro dessa época na Feteira, deveriam ser menores de 6 anos, considerando a data de casamento de seus pais.

primeiro casamento de Felipe, Manuel Dutra Caldeira, e Maria de Santo Antônio, já adultos e casados, permaneceram no Faial. Também emigraram da Feteira os familiares de Maria Silveira: sua mãe Maria Dutra, suas irmãs Ana Maria e Antônia Maria de Jesus e seu irmão José Silveira Goulart, casado com Quitéria do Espírito Santo. Embora não se disponha a data de embarque, não vieram todos na mesma leva.

Com o fracasso do Tratado de Madrid e não tendo sido cumpridas as disposições do Edital de 1746, o contingente açoriano se encontrava espalhado irregularmente ao redor da vila do Rio Grande, quando ressurgiu o estado de guerra entre Portugal e Espanha. Em 24 de abril de 1763, as tropas espanholas de D. Pedro Cevallos, Governador de Buenos Aires, tomaram a vila do Rio Grande. Parte das famílias que não conseguiu fugir foi levada para o território espanhol, para a região de Maldonado, a fim de constituir uma nova povoação: San Carlos.

Iniciaram os açorianos uma nova viagem, rumo às terras espanholas, percorrendo cerca de 470 km até alcançar a região de Maldonado. Como não havia estradas, fizeram o caminho pelo campo, seguindo em direção norte, que era a rota de acesso utilizada para ligar a vila do Rio Grande a Montevidéu. O percurso envolvia atravessar arroios, pântanos e bosques, que eram o habitat de tigres e outros animais selvagens, passando pelo Chuí, Forte de São Miguel, Forte de Santa Teresa e Rocha, até chegar na região de Maldonado (Borrero, 1911; Fajardo, 1977).

As famílias não viajaram todas ao mesmo tempo e, embora não se disponha a relação de nomes do primeiro grupo, os cinco Casais do Número aqui analisados, Felipe Dutra Caldeira e Maria Silveira, Manuel Gomes de Araújo e Helena da Ressurreição, Manuel da Rosa e Ana Pereira, Manuel Pereira Leal e Isabel Rodrigues e Manuel Vieira Maciel e Luzia Pereira estavam entre os enviados para San Carlos.

A maneira como Cevallos concebeu a formação da vila e o modo como foi realizada a viagem e foram recebidos e instalados na nova povoação, revela a disposição das famílias em aceitar voluntariamente o traslado. Nem todos os açorianos se sentiam motivados a permanecer fieis a Portugal, apesar de serem súditos da Coroa Portuguesa. Especialmente aqueles a quem as promessas reais não haviam sido cumpridas, preferiram emigrar voluntariamente para o território espanhol, na esperança de obter as vantagens que foram o motivo de sua migração para a América.

Surgia assim, no território espanhol, uma população cujos moradores eram súditos originários de um Estado rival, passando os açorianos da condição de prisioneiros para a de “Pobladores Fundadores” de San Carlos. E poucos anos depois de instalados na região, alcançaram prosperidade com suas pequenas indústrias e colheitas.

A busca por autonomia dos açorianos foi aumentando, conforme obtiveram maior sucesso com seus empreendimentos na nova povoação. Entretanto, devido à sua ligação com Portugal, a presença açoriana era vista com desconfiança e vigilância, gerando disputas e contrariedades, derivadas dos excessos, suspeição, falta de prudência e até inveja por parte dos Comandantes de Maldonado (Estrada, 2007).

De acordo com Mead (1973), o mundo é um conjunto de referências que o “eu” divide com os “outros”, num processo de trocas e inter-relações, feitas de atrações, repulsões e tensões que levam a uma construção social e simbólica da realidade. É a partir desse processo de interação, enfatizando as relações que se estabelecem entre sujeitos que se referenciam e afetam mutuamente, que se observam as relações sociais entre os açorianos de San Carlos e os espanhóis que circundavam a região, em especial os de Maldonado.

Simmel (2006) destaca o fato de que o estrangeiro é visto como um não pertencente, um estranho, um não membro do grupo, cujas relações se dão a partir de um certo distanciamento. Mead (1973) aponta que o estrangeiro, por ser diferente, é alguém que leva o grupo a desenvolver uma conduta de proteção, mantendo-se à distância. Essa noção de estrangeiro não deve ser tomada em seu sentido habitual, do passageiro, “àquele que vem hoje e amanhã se vai, mas como o que vem hoje e amanhã pode permanecer – porque era possível se mover e, embora não siga adiante, ainda não superou completamente o movimento do ir e vir.” (Simmel, 2006, p. 265). Considerando o estado de guerra que motivou a formação da vila, a vinda dos açorianos para San Carlos, derivada de uma ação que mistura migração e guerra, contribuiu para a visão de superioridade dos espanhóis sobre “los isleños”.

Os açorianos eram requisitados pela comandância para auxiliar em diferentes tarefas, como fornecer carretas e gado para transportar mercadorias entre Maldonado e Rio Grande. Isso os obrigava a abandonar seus trabalhos e atrasar suas atividades de produção, além de danificar seus próprios veículos de transporte. Apesar de haver ganhos nessas empreitadas, os custos e perdas acabavam desanimando os povoadores, levando alguns a considerar deixar o povoado (Fajardo, 1953, Pagola, 2007; Queiroz, 1985).

Esse parece ser o caso da família do Casal do Número Manuel Gomes e Helena da Ressurreição, que deixou a vila antes dos anos 70. O casal teve nove filhos, dos quais cinco nascidos no lugar da Almagreira, Vila do Porto, Santa Maria: Manuel José, Ana Maria, João Baptista, Francisco, Inácio Pedro. Na vila do Rio Grande, nasceram três filhas: Rosa, Teresa Maria, e Perpétua Felícia. Da Maria, a filha mais moça, não se conhece o local de nascimento.

Registros da família na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Estreito indicam que Manuel Gomes de Araújo e Helena da Ressurreição retornaram para o Brasil antes de 1770, com as filhas Teresa, Perpétua Felícia e Maria. Permaneceram em San Carlos os filhos Manuel José, Ana Maria, João Baptista e Rosa Francisca.

Com a assinatura do Tratado Preliminar de Santo Ildefonso em 1 de outubro de 1777, a Colônia de Sacramento e as Missões retornavam à Espanha, enquanto Santa Catarina e a vila do Rio Grande eram recuperados por Portugal. Com isso, muitas famílias açorianas optaram por deixar San Carlos e retornar ao território português, na expectativa de finalmente receber as terras prometidas no Edital de 1746.

A carta do Vice-Rei de Buenos Aires, Juan José de Vertiz, de 29 de abril de 1780²⁴, sobre a restituição dos vassallos da Coroa Portuguesa, informa que os habitantes do povo de San Carlos foram devolvidos a Portugal, mas nem todos puderam regressar. Vertiz não permitiu que os açorianos casados com naturais do território espanhol levassem consigo a família, considerando “[...] a despovoação que causaria este permissão e o inconveniente que resultava passar a um Domínio estrangeiro muitos que haviam nascido vassallos del Rey”²⁵.

Rosa Francisca Gomes, filha de Manuel Gomes de Araújo e Helena da Ressurreição estava dentre os que não puderam partir. Casada com o Sargento de Dragões espanhol Antônio Mondragón, Rosa permaneceu no território espanhol, enquanto o restante da família regressou para o Rio Grande de São Pedro. Rumo ao “território de ninguém”

²⁴ AHU_ACL_CU_059, Cx. 1\Doc. 9. Projeto Resgate - Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1826). Carta do Vice-Rei de Buenos Aires, Juan José de Vertiz a José de Galvez, de 29 de abril de 1780. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/012_csrp/36

²⁵ Tradução nossa do texto original em espanhol: “[...] la despoblación que causaría este permissão, y del inconveniente que resultaba de pasar a Dominio extraño muchos que avían nacido vasallos del Rey”. AHU_ACL_CU_059, Cx. 1\Doc. 9. Projeto Resgate - Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1826). Carta do Vice-Rei de Buenos Aires, Juan José de Vertiz a José de Galvez, de 29 de abril de 1780. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/012_csrp/36

Ao mesmo tempo em que ocorria o processo de retorno, também estava em discussão a demarcação da área pertencente a cada uma das Coroas. O artigo IV do acordo estabelecia que o território ao sul do rio Piratini, que abrange os atuais municípios de Arroio Grande, Pedro Osório, Herval, Pedras Altas e Jaguarão, ficava situado “dentro das raias espanholas” (Franco, 1980, p. 9).

[...] pela parte do Continente irá a linha desde as margens da dita lagoa de Mirim, tomando a direção pelo primeiro arroio meridional, que entra no sangradouro ou desaguadouro dela, e que corre pelo mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo; desde o qual, sem exceder o limite do dito Arroio, continuará o Domínio de Portugal pelas cabeceiras dos rios, que correm até o mencionado Rio Grande e o Jacuí[...]. (Tratado preliminar de Paz, 1777, p. 9)

A divergência entre portugueses e espanhóis sobre os pontos de referência para traçar esses limites fez com que a demarcação dessa área ao sul do Piratini não fosse concluída. Segundo o artigo XIX do Tratado, nos casos de haver desacordo entre as duas Coroas quanto à fixação de limites, as terras não deveriam ser ocupadas até que fosse alcançado um ajuste entre as Cortes. Como não houve entendimento sobre qual deveria ser considerado o primeiro arroio meridional, a região ficou temporariamente definida como uma área neutra, em que nenhum dos dois lados poderia ocupar o terreno, passando a ser chamada de “território de ninguém”, ignorando os povos originários que habitavam na região.

Para demarcar os limites do Tratado de Santo Ildefonso foi formada a Expedição do Piratini, com a Comissão de Demarcadores acampando na margem do Rio Piratini, onde foi instalada uma Guarda militar portuguesa, a Guarda do Posto no “Passo do Acampamento”. Em 1789, um grupo de famílias vindas da região de Maldonado, que estava em um arranhamento provisório no Povo Novo, distrito de Rio Grande, recebeu terras na margem direita do Rio Piratini Mirim.

A indefinição dos limites nessa região em litígio não impediu a expansão portuguesa. Enquanto as duas coroas não definiam legalmente a questão, Portugal foi estimulando a ocupação da zona indemarcada, como forma de garantir a posse e expandir seu território, avançando sua linha de fronteira. Para a região ao sul do Piratini, dentro do “território de ninguém”, afluíram algumas das famílias que haviam deixado San Carlos, grupo que constituiu as origens de Jaguarão.

A estratégia utilizada por Portugal baseava-se no princípio do *uti possidetis*, segundo o qual as fronteiras de um Estado devem ser estabelecidas a partir do território ocupado, isto é, quem possui de fato, deve possuir de

direito. Os portugueses já haviam usado essa prática na elaboração do Tratado de Madri (1750) e orientaram dessa mesma maneira as ações nos territórios do Brasil Meridional ainda em disputa com a Espanha (Soares, 1939). Em 1801, o estado de guerra entre os dois países recomeçou, tendo os portugueses alcançado a vitória, estabeleceram uma nova linha da fronteira, fixando o limite na divisa do rio Jaguarão. Em fevereiro de 1802, foi criada a Guarda portuguesa do Serrito ou Acampamento do Serrito.²⁶

A ocupação do território neutro antes de 1802 e a presença das famílias açorianas existentes nas origens de Jaguarão é confirmada pelos batismos, casamentos e óbitos anotados nos livros da Matriz de São Pedro do Rio Grande, que indicam os oratórios onde haviam sido efetuados tais sacramentos.

Os registros da Matriz apontam os seguintes oratórios que, posteriormente, vão fazer parte da freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão, instituída em 1812²⁷: Oratório da Guarda da Lagoa; Oratório de Nossa Senhora do Livramento ou do Pe. Felisberto de Faria Santos; Oratório de Nossa Senhora da Conceição da Guarda do Serrito; Oratório de Nossa Senhora do Amparo da Estância de Vicente Ferreira, no Serrito ou Oratório de Nossa Senhora do Amparo e São Vicente do Serrito; Oratório das Bretanhas; Oratório do Arroio Grande ou do Pe. Francisco Miguel Peres; Oratório de Nossa Senhora da Conceição do Arroio Grande da Fazenda de Manuel Jerônimo; Oratório do Chasqueiro ou de João Baptista Gomes; Oratório de Santa Bárbara ou do Arroio da Palma²⁸ ou do Pe. Feliciano Antônio de Almeida Pereira; Oratório do Pe. Antônio Martins Vieira, pelas bandas do Erval; Oratório de São João Baptista da Guarda Velha do Erval ou do Pe. João Severino da Silveira.

REDES DE RELACIONAMENTO E ARRANJOS MATRIMONIAIS

Após o transporte para a América Meridional, as famílias açorianas foram ficando cada vez mais numerosas, ampliando o número de filhos e constituindo redes de relacionamento e alianças familiares entre indivíduos que

²⁶ AHU_ACL_CU_019, Cx. 5\Doc. 414. Projeto Resgate - Rio Grande do Sul (1732-1825). Carta do comandante do Batalhão de Infantaria e Artilharia do Rio Grande de São Pedro, coronel Alexandre Elói Portelli a seu irmão, sargento Joaquim José Portelli, sobre a conquista do Forte de Cerro Largo e Sete Povos das Missões. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/019_rs/3610

²⁷ Convém assinalar que, na formação da freguesia e, também, posteriormente, em sua elevação à cidade, Jaguarão compreendia também os atuais municípios de Arroio Grande, Pedro Osório, Pedras Altas e Herval.

²⁸ Atualmente denominado Arroio Parapó.

reciprocamente se afetam e modificam. Simmel (2006) aponta essas relações em dois sentidos, pela contiguidade de indivíduos que agem uns sobre os outros e por meio da sucessão de gerações, “cujas heranças e tradições se misturam indissociavelmente com as características próprias do indivíduo, e agem de modo tal que o ser humano social, diferentemente de toda vida subumana, não é somente descendente, mas sobretudo herdeiro” (Simmel, 2006, p. 21).

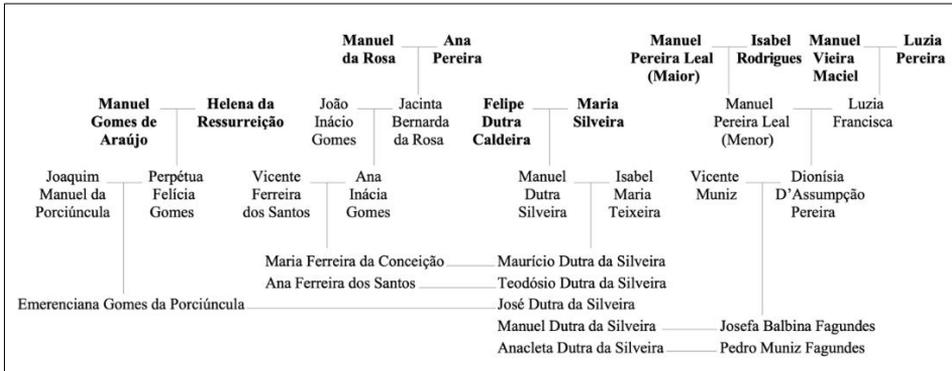
Tais redes de sustentação material e psicológica, afetiva e política (Levi, 2015), foram utilizadas como ponto de apoio à procura de segurança diante das incertezas migratórias. Casamentos endogâmicos foram usuais entre os descendentes dos Casais do Número investigados e, mesmo quando não havia relações de parentesco, os arranjos matrimoniais ocorriam preferencialmente dentro do grupo de origem. A tendência ao casamento homogâmico, com a escolha de cônjuges de ascendência açoriana, fossem as famílias aparentadas ou não, predominou durante o período em que estiveram em Santa Catarina ou arranchadas em Rio Grande e, mesmo depois, quando enviadas ao território espanhol.

Nos primeiros anos em San Carlos, em vista das rivalidades e diferenças com os espanhóis, as famílias reforçaram o fechamento do grupo, casando-se entre si. Com o passar do tempo, açorianos e espanhóis conseguiram superar os conflitos, passando a estabelecer laços de parentesco pelo casamento, constituindo casamentos exogâmicos. Nas famílias que regressaram ao território português, pôde-se observar que a homogamia se manteve ainda por várias gerações. Nos casos específicos de San Carlos e da freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão, há de se considerar, também, o reduzido tamanho da população desses povoados, o que também ampliava a realização de alianças cruzadas e a probabilidade de parentesco com elevado grau de consanguinidade entre os cônjuges, resultando em casamentos endogâmicos.

Ao analisar a seleção dos cônjuges nas famílias investigadas, percebe-se que havia uma espécie de regra de reciprocidade, com a troca de filhos por casamento, realizando casamentos duplos, em que dois irmãos, filhos de uma mesma família, se casavam com duas irmãs ou em que a irmã do noivo se casava com o irmão da noiva.

A figura abaixo ilustra a construção das redes de relacionamento entre os açorianos que povoaram San Carlos e Jaguarão (Fig. 2). Os casamentos “em série” realizados pelos netos do Casal do Número Felipe Dutra Caldeira e Maria Silveira, geraram alianças cruzadas com descendentes dos Casais do Número Manuel Gomes de Araújo e Helena da Ressurreição, Manuel da Rosa e Ana Pereira, Manuel Pereira Leal e Luzia Francisca e Manuel Vieira Maciel e Luzia Pereira.

FIGURA 2. REDE DE PARENTESCO ENTRE CINCO CASAIS DO NÚMERO



Fonte: Elaborado pela autora²⁹

Tomando como ponto de partida os casamentos de cinco dos filhos de Manuel Dutra da Silveira e Isabel Maria Teixeira, foram sendo descobertas as relações entre essas famílias. O filho José Dutra da Silveira casou-se com Emerenciana Gomes da Porciúncula, filha de Joaquim Manuel da Porciúncula e Perpétua Felícia Gomes, neta do Casal do Número Manuel Gomes de Araújo e Helena da Ressurreição. Os filhos Maurício Dutra da Silveira e Teodósio Dutra da Silveira casaram-se, respectivamente, com duas irmãs, Maria Ferreira da Conceição e Ana Ferreira dos Santos, filhas de Vicente Ferreira dos Santos e Ana Inácia Gomes e bisnetas do Casal do Número Manuel da Rosa e Ana Pereira. Os filhos Manuel Dutra da Silveira e Anacleto Dutra da Silveira casaram-se, respectivamente, com Josefa Balbina e Pedro Muniz Fagundes, filhos de Vicente Muniz e Dionísia D’Assumpção Pereira, neta dos Casais do Número Manuel Pereira Leal e Luzia Francisca e Manuel Vieira Maciel e Luzia Pereira.

Os arranjos matrimoniais das cinco famílias analisadas também indicam os motivos que levaram a escolha dos parceiros conjugais. Poder, prestígio, herança, proteção aparecem entre os principais fatores que influenciavam suas decisões. Esses critérios, que ditavam a definição dos cônjuges, podiam se interligar ou sofrer alterações ao longo do percurso migratório. A complexidade das redes estabelecidas, com a formação de intrincadas alianças familiares, indica o enraizamento social desse grupo ao longo de várias gerações, conforme foram sendo transportados de um lugar a outro e de acordo com as situações por eles enfrentadas.

²⁹ O quadro traz um recorte apresentando apenas os familiares que se está analisando os arranjos matrimoniais e, portanto, não corresponde a todos as pessoas desta rede de parentesco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acompanhar a trajetória migratória dos Açores para a América Meridional, pôde-se compreender como era realizada a travessia e as adversidades enfrentadas, que expõem o modo como essas famílias foram tratadas como uma mercadoria a ser transportada. Muitos dos que chegaram ficaram doentes, enlutados, enganados, desiludidos e sem recursos, não recebendo o quarto de légua nem os demais auxílios prometidos.

Dos cerca de seis mil açorianos enviados pela Coroa Portuguesa do Arquipélago dos Açores para a América Meridional, uma parte só terminou o ciclo migratório ao receber terras na nascente freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão. Devido ao amplo período abrangido, que compreende desde o Edital de 1746 até a criação da freguesia em 1812, nem todos os que chegaram a Jaguarão eram Casais do Número, uma vez que muitos deles já haviam falecido em algum ponto dos múltiplos territórios percorridos. Foram os seus descendentes, conhecidos como “filhos de Casal”, que compuseram o grupo de povoadores de Jaguarão e finalmente conseguiram obter as terras desejadas.

Ao longo do percurso analisado, os casamentos foram utilizados como arranjos que visavam três aspectos interligados: granjear poder ou apoio político; sobreviver ou obter progresso econômico; e, favorecer a coesão ou ascensão social da família. Nas redes de alianças das famílias açorianas que fundaram San Carlos e Jaguarão, essas escolhas matrimoniais se modificavam conforme o local e as circunstâncias enfrentadas em seus múltiplos assentamentos e deslocamentos. Por ocuparem uma região de fronteira, em conflito entre as duas Coroas Ibéricas e, também, devido ao reduzido tamanho dos dois povoados em suas origens, houve o predomínio dos casamentos homogâmicos, com elevado grau de parentesco consanguíneo entre os cônjuges.

Na povoação dos territórios percorridos pelo grupo, dos Açores à freguesia do Espírito Santo no Jaguarão, a mobilidade territorial esteve associada à mobilidade social, com a obtenção de terras e a consecução de arranjos matrimoniais como forma de promover prosperidade e proteção.\

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com bolsa Prosup/Capes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amorim, M. N. (2021). Trajetórias de vida: Nascer nos Açores no século XVIII: Abordagem demográfica. *Cultura, Espaço e Memória*, (13), 13–42.
- Borrero, F. (1911). Descripción del territorio uruguayo por uno de los demarcadores de 1783-1801. *Revista histórica del Archivo Histórico Nacional*, Ano II, Tomo IV, (10-12), pp. 795-813.
- Cohn, G. (Org.). (1979). *Max Weber: Sociologia*. Ática.
- Decreto de 6 de julho de 1832, p. 11. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*. (1). Typographia Nacional. <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18461>
- Domingues, M. (1994). *Portugueses no Uruguai: São Carlos de Maldonado: 1764*. EST.
- Estrada, M. (2007). *La Villa de San Carlos: Pedro de Cevallos, portugueses y "patagónicos"*. Ediciones de la Plaza.
- Fajardo, F. (1953). *Historia de la ciudad de San Carlos: Orígenes y primeros tiempos*. Graf. Oliveras, Roses y Villasmil.
- Fajardo, F. (1977). *Sembrador de pueblos*. Comité Patriótico Departamental.
- Franco, S. C. (1980). *Origens de Jaguarão 1790-1833*. Evangraf.
- Jaccottet, A. M., & Minetti, R. D. (2018). *Diáspora açoriana: Açorianos na vila de Rio Grande de São Pedro antes da invasão espanhola - Livros 1,2,3 e 4 de Batismos (1738-1763) 1 de Casamentos (1756-1763) e 1 de Óbitos (1738-1763)*. Edição das autoras.
- Levi, G. (2000). *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Civilização Brasileira.
- Levi, G. (2015). Reflexões sobre família e parentela. In M. Vendrame et al. (Eds.), *Micro-história, trajetórias e imigração*. OIKOS.
- Mead, G. (1973). *Espíritu, persona y sociedad*. Paidós Studio.
- Pagola, B. (2007). *Y ellos le dieron vida. San Carlos: Fundadores y vecinos*. Tradinco.
- Perrot, M. (2007). *Minha história das mulheres*. Contexto.
- Pesavento, S. J. (2014). *História do Rio Grande do Sul*. Martins L.
- Queiroz, M. L. B. (1985). *A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Universidade Federal Santa Catarina.
- Queiroz, M. L. B. (1992). *Paróquia de São Pedro do Rio Grande: Estudo de história demográfica*. Universidade Federal do Paraná.
- Resolução de consulta da mesa de consciência e ordens de 31 de janeiro de 1812, p. 9. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1812*. Parte Segunda. Typographia Nacional.

- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia: Indivíduo e sociedade*. Jorge Zahar.
- Soares, J. C. M. (1939). *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. J. Olímpio.
- Tratado preliminar de Paz, e de limites na America Meridional...*(1777). Imp. Régia.
- Wiederspahn, O. H. (1979). *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. EST; Instituto Cultural Português.